



Ata da 36ª sessão ordinária da 1ª sessão legislativa da 18ª legislatura. Aos 5 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Coronel Vida, 211, Centro, no horário regimental, foi realizada a 36ª (trigésima sexta) sessão ordinária da 1ª (primeira) sessão legislativa da 18ª (décima oitava) legislatura, presidida pelo Vereador Egon Krambeck, secretariada pelos Vereadores Odair José Sanson Junior e Gilberto Rogalski e presentes os Vereadores Joslei Sequineli, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos, Marcos Marcel Pietralla, Rogério Czelusniak e Vagner Kachimarki. Havendo número legal de Vereadores o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo povo, declarou aberta a sessão e transferiu a leitura da ata da sessão anterior para próxima sessão por não ter havido tempo necessário para elaboração. Solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura do expediente, no qual constou o seguinte: do excelentíssimo senhor Sérgio Luis Belich, Prefeito Municipal, ofício 738/2021, de 5/10/2021, em referência ao anteprojeto de lei 7/2021, informando que estão sendo realizadas licitações para instalação de câmeras de monitoramento em diversos pontos da cidade; ofício 739/2021, de 5/10/2021, em referência ao ofício 304/2021 e a indicação 240/2021, encaminhando cópia do processo administrativo 14976/2021 e informando que o pedido de manutenção de estrada rural foi incluído no cronograma e será atendido na medida do possível; ofício 740/2021, de 5/10/2021, em referência ao ofício 313/2021 e indicação 246/2021, encaminhando cópia do processo administrativo 15337/2021 e informando que a impressora e armário solicitados para a ESF de Queimadas serão adquiridos por licitação e enviados à unidade de saúde; ofício 745/2021, de 5/10/2021, encaminhando para apreciação os projetos de lei 5775/2021 que “dispõe sobre a reversão de imóveis públicos situados no Distrito Industrial de Palmeira e da outras providências – Cooperativa Agrária Agroindustrial” e 5776/2021 que “Dispõe sobre a reversão de imóvel público situado no Distrito Industrial de Palmeira e dá outras providências – Genari Representação Comercial LTDA”; ofício 746/2021, de 5/10/2021, encaminhando para apreciação o projeto de lei 5777/2021 que “altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 5245, de 26 de outubro de 2020, e dá outras providências”; ofício 747/2021, de 5/10/2021, encaminhando para apreciação o projeto de lei 5778/2021 que “institui o programa de Palmeira Juro Zero, visando fomentar a economia local para os microempreendedores deste Município e dá outras providências”; ofício 747/2021, de 5/10/2021, encaminhando para apreciação os projetos de lei 5779/2021 que “autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 42.000,00”, 5780/2021 que “autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 1.097.000,00”, 5781/2021 que “autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 111.503,47” e 5782/2021 que “autoriza a abertura de crédito especial, no valor de R\$ 100.000,00”; ofício 749/2021, de 5/10/2021, encaminhando para apreciação o projeto de lei 5783/2021 que “autoriza o Município a instituir o projeto inventário literário de Palmeira e dá outras providências”; ofício 750/2021, de 5/10/2021, encaminhando para apreciação o projeto de lei 5784/2021 que “autoriza o Poder Executivo a proceder a aquisição de um aparelho de anestesia com monitor multiparâmetros e dá outras providências”; e ofício 64/2021, de 1/10/2021, solicitando a indicação de dois representantes do Poder Legislativo Municipal (um titular e um suplente) para integrar o Comitê Gestor do Programa Cidade Empreendedora. Da senhora Kelly Cristina Souza Gonçalves Bottega, Coordenadora de Filial da Caixa Econômica Federal em Ponta Grossa, comunicado informando a liberação de recursos financeiros para o Município, em 28/9/2021, referente ao contrato de financiamento 0526341-64/2019 no âmbito do Programa FINISA, no valor de R\$ 1,5 milhões. Do Vereador Vane requerimento 115/2021 à Secretaria Municipal de Educação, requerendo informações sobre a frota de ônibus própria e terceirizada utilizada pelo Município, os roteiros, capacidade de lotação e número de alunos transportados. Da CCLJR requerimento 116/2021 ao Plenário, requerendo prazo de 30 dias para emitir pareceres aos projetos de lei 5771, 5572 e 5773/2021. Da CEOFF requerimento 117/2021 ao Plenário, requerendo prazo de 15 dias para emitir pareceres à emenda modificativa nº 1 ao projeto de lei 5747/2021 e aos projetos de lei 5747 e 5771/2021. Da CECBESMA requerimento 118/2021 ao Plenário, requerendo prazo de 30 dias para emitir parecer ao projeto de lei 5771/2021. Da CUOP requerimento 119/2021 ao Plenário, requerendo prazo de 30 dias para emitir parecer ao projeto de lei 5771/2021. Do Vereador Gilberto Rogalski indicação 255/2021 à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, indicando o patrolamento e cascalhamento da estrada que inicia na PR -151, na localidade de Pinheiral de Cima, e termina em Pinheiral dos Malucelli, e indicação 256/2021 ao Departamento de Segurança e Trânsito, indicando a implantação de estacionamento em apenas um dos lados da Rua Abelegi Alves, em toda a sua extensão. Da CCLJR pareceres à emenda aditiva nº 1 ao projeto de lei 5747/2021 e aos projetos de lei 5747, 5758, 5760, 5763 ao 5770 e



5774/2021. Da CEOFF pareceres à emenda aditiva nº 1 ao projeto de lei 5760/2021 e aos projetos de lei 5760 e 5764 ao 5768/2021. Da CECBESMA pareceres à emenda aditiva nº 1 ao projeto de lei 5747/2021 e aos projetos de lei 5747, 5763, 5769, 5770 e 5772 ao 5774/2021. Concluída a matéria do expediente o senhor Presidente solicitou que se procedesse a verificação da presença e se algum Vereador se inscreveu para fazer uso da palavra. Anotou-se a presença de todos os Vereadores. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Rogério Czelusniak com o assunto “Projeto de Lei 5763/2021”. Com a palavra, saudou o senhor Presidente, Vereadores e todos aqueles que assistem a sessão. Disse que no seu entendimento o projeto de lei 5763/2021 é inconstitucional por ofender o direito à liberdade dos cidadãos. Que não se deve restringir os direitos, mas sim dar segurança e proteção para que as pessoas vivam em paz e tenham momentos de lazer. Falou que é preciso ser justo e discutir esse assunto para não prejudicar o povo e os empresários, que precisam de apoio nesse momento difícil devido à pandemia. Agradeceu pela atenção. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Odair Sanson Junior com o assunto “Secretaria de Desenvolvimento Rural”. No uso da palavra, cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores e munícipes presentes e que acompanham a sessão pelo canal da Câmara no *Youtube*. Disse que tem usado a tribuna em momentos que considera de suma importância para deixar os seus pensamentos e opiniões registrados nos anais da Câmara. Que hoje usa esse espaço para registrar algo inédito, principalmente para aqueles que residem e produzem no interior do Município: a criação, a partir do próximo ano, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. Elogiou o Prefeito e a Administração pela criação da pasta que terá foco exclusivo na área rural do Município. Relatou que sabe da necessidade e importância da promoção de políticas públicas que facilitem o desenvolvimento rural inclusivo e sustentável e da realização de ações conjuntas entre o setor público e os diversos atores do setor privado. Disse que a produção agropecuária corresponde a mais de 30% da economia de Palmeira. Que a maior dificuldade está centrada na manutenção dos milhares de quilômetros de estradas rurais, cuja política de conservação é a mesma desde sempre, sendo necessário fazer algo diferente ou as mesmas dificuldades permanecerão. Relatou que tem ouvido muitas queixas sobre as condições das vias rurais, porém, entende que a Administração atual tem trabalhado com um planejamento deixado pela gestão anterior, inclusive resolvendo somente agora o problema do britador. Disse que a adequação das estradas rurais envolve um conjunto de práticas de recuperação, manutenção e conservação com o objetivo de garantir o tráfego normal de veículos e o escoamento da produção agropecuária, assim como o transporte escolar. Que um dos grandes desafios é implantar um desenvolvimento sustentável, pensando na preservação do meio ambiente e no uso racional dos recursos naturais, pois nossa região tem muito potencial. Falou que acredita que com a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural será possível ter um foco específico nas questões rurais. Relatou que o plano de governo a ser iniciado em 2022 prevê a criação de polos para manutenção das estradas, dividindo a área rural em três ou quatro grandes setores e efetuando o serviço em forma de rodízio, de maneira que as patrulhas sempre estejam cobrindo um dos setores. Que há também planos para incentivar a criação de associações de moradores ou entidades representativas de cada localidade com assentos junto a Administração Pública para discussão das prioridades. Disse que ainda será foco da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural a coleta de lixo reciclável em todas as localidades rurais, a implantação de rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a melhor identificação das entradas das comunidades, com portais ou similares para orientar os visitantes e ajudar no desenvolvimento de um futuro turismo rural, e também ter a sede da Secretaria em ponto estratégico no interior do Município. Falou que hoje foi iniciada a discussão da LOA para 2022. Que um dos seus objetivos na política é fomentar a necessidade de planejamento, ato que deve ser impregnado no dia-a-dia da vida particular, empresarial e na Administração Pública. Disse que para cumprir as suas finalidades básicas e prestar serviços à sociedade, a Administração Pública necessita de recursos. Que os gastos e a arrecadação devem ser realizados de forma planejada, prevendo como, quando e em que gastar com muita responsabilidade, porque os recursos pertencem ao povo. Expressou que vivemos em um estado democrático de direito e existem diversas normas que estabelecem vedações, restrições e procedimentos acerca dos orçamentos públicos, como a Lei Complementar 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal aplicáveis a União, Estados e Municípios. Disse que a Administração Pública deve ainda planejar a arrecadação e os gastos utilizando os instrumentos que representam os pilares básicos do planejamento orçamentário público: o PPA, a LDO e a LOA. Que hoje está em destaque a LOA para 2022 e os Vereadores estão concordando ou não com o plano do Governo Municipal para o ano que vem, o que deve ser levado



muito a sério pelos Parlamentares, pois se está tratando do futuro do Município e do bem-estar de toda a população. Relatou que a arrecadação prevista para 2022 é de R\$ 159 milhões e estão sendo examinadas as aplicações em situações que beneficiem o Município. Que analisou a LOA juntamente com a CEOFF e dentro das suas prerrogativas parlamentares, propôs a emenda protocolada sob nº 806/2021, acrescentando R\$ 900 mil ao orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural no programa “Estrutura e Mobilidade no Campo” e no projeto/atividade “Manutenção da Malha Viária e Conservação Rural”. Informou que o objetivo do programa é orientar, controlar e implementar a agricultura e a pecuária do Município, garantindo condições para um melhor desenvolvimento das atividades ligadas ao agronegócio, suporte às pequenas propriedades rurais, fortalecimento das atividades do Programa Porteira Adentro e implementação dos polos para manutenção das estradas, administradas com o envolvimento das comunidades. Disse que apresentou a emenda para contribuir com o planejamento e se sente orgulhoso por integrar essa Legislatura e, juntamente com os demais senhores Vereadores, fazer parte da história desse Legislativo que realmente colaborou com o planejamento do Município. Destacou que as atitudes de seriedade, trabalho e dedicação refletirão em um futuro próspero para Palmeira e está feliz e empolgado com a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. Pediu que os companheiros Vereadores aprovem a LOA e a sua proposta de emenda com recursos para serem investidos no desenvolvimento rural do Município. Agradeceu pela atenção. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Marcel Pietralla com o assunto “Licitação Docinhos e Salgadinhos”. Com a palavra, cumprimentou o senhor Presidente, colegas Vereadores, internautas que acompanham a sessão pelo canal no *Youtube* e público presente. Disse que os Vereadores são cobrados diariamente pela população palmeirense sobre as estradas rurais, infraestrutura, falta de médicos, pronto-atendimento, entre outros. Que os Vereadores já relataram diversos acontecimentos no decorrer desses dez meses de mandato, mas até agora não estão sendo ouvidos e atendidos em nada. Falou que a desculpa do Poder Executivo é a morosidade e burocracia das licitações para aquisição de peças, material asfáltico e contratação de médicos, mas gostaria de apresentar um pregão realizado pela Prefeitura em menos de 30 dias, demonstrando que não há morosidade. Relatou que se trata do pregão eletrônico 12659/2021, realizado com valores retirados de rubricas da saúde, da educação, do departamento de arrecadação, da vigilância em saúde, da assistência social e dos direitos dos idosos. Ressaltou que o certame foi realizado de maneira correta e legal, mas é imoral e “uma palhaçada”, pois os Vereadores estão cobrando e a população os estão cobrando há dez meses, sem obterem qualquer retorno do Poder Executivo, sempre com a desculpa da demora na licitação. Informou que a empresa vencedora do pregão foi a Casa do Pastel, da Lapa, para fornecimento de vários alimentos salgados e doces em diversas quantidades. Disse que isso é um “tapa na cara” dos Vereadores que estão cobrando melhorias. Questionou se o semáforo estragado será arrumado com brigadeiro e se bolo de sonho de valsa será colocado para atender a população nos postos de saúde. Falou que deve haver menos morosidade e o povo precisa de mais atenção. Pediu aos Secretários Municipais que saiam da zona de conforto, atendam o povo e vejam as irregularidades apontadas pelos Vereadores. Pediu ainda ao líder do Governo, Vereador Odair, que leve essas informações ao Poder Executivo para que o Secretário Municipal de Finanças explique esse pregão. Disse que o prazo para utilização dos alimentos é um ano. Que talvez o Poder Executivo tenha a intenção de fazer uma festa para o dia das crianças, tendo em vista a quantidade licitada. Falou que os Vereadores não podem, de novo, “passar a mão”. Que foram retirados recursos de rubricas da saúde, educação, contabilidade, gabinete do Prefeito, vigilância em saúde, Conselho Tutelar e proteção social e as cifras chegam a R\$ 303 mil. Questionou se os recursos não poderiam ser utilizados para arrumar o semáforo e garantir a segurança das crianças que estão voltando às aulas. Disse que espera providências e que nem usem o pregão. Que o dinheiro empenhado seja utilizado na saúde e nas estradas rurais agora que o britador está sendo comprado e sua falta não poderá ser usada como desculpa. Pediu ao senhor Presidente que sejam tomadas providências. Desejou boa noite a todos. Seguiu-se então à ordem do dia. Em discussão e votação única, em bloco, foram aprovados por unanimidade os requerimentos 114, 116, 117, 118 e 119/2021. Em discussão e votação única, em bloco, foram aprovadas por unanimidade as indicações 252, 253 e 254/2021. Em discussão e votação única, foi aprovada por unanimidade a emenda modificativa nº 1 ao projeto de lei 5760/2021. Em 1ª discussão e votação foi aprovado por unanimidade o projeto de lei 5760/2021. Em 1ª discussão o projeto de lei 5763/2021. O Vereador Marcel Pietralla disse que este projeto divide opiniões. Agradeceu a presença dos comerciantes na sessão, cujos comércios podem ser afetados pela proposição. Falou que o projeto é inconstitucional e tira a liberdade e o direito de ir e vir dos cidadãos



palmeirenses. Que os empresários são pessoas trabalhados, honestas, pagam seus impostos em dia e precisam ganhar as suas rendas. Disse que as vendas no comércio geram impostos para a Prefeitura, mas essa proibição limitará a arrecadação, pois a juventude irá para outros Municípios onde há mais opções, e também impactará a geração de emprego por esses estabelecimentos. Falou que a praça precisa de mais segurança e patrulhamento policial, o que pode ser conseguido com a implantação de um módulo da Polícia Militar no antigo ponto de táxi e a reativação das câmeras de segurança. Parabenizou os Vereadores que acataram as ideias dos comerciantes e se sensibilizaram. O Vereador Odair Sanson Junior disse que essa é a primeira votação e gostaria de manter a sua coerência, votando pela aprovação da matéria. Que conhece todos os comerciantes e gostaria de discutir a proposição durante a semana antes de tomar uma decisão final, pois em um primeiro momento acha que a lei trará benefícios. O Vereador Vane agradeceu os comerciantes pela presença. Relatou que esteve na Polícia Militar e as câmeras de segurança não estão funcionando desde janeiro. Que fez essa cobrança, mas ainda não teve retorno. Disse que há várias alternativas para coibir os transtornos na praça que são causados por uma minoria. Que não acha justo que os comerciantes “paguem o pato” e é a favor de que participem das discussões para que se chegue a um consenso e ninguém saia lesado dessa situação. O Vereador Lucas Santos disse que seu voto será contrário a aprovação do projeto de lei, pois não se pode restringir o comércio e a utilização dos espaços públicos em virtude de uma minoria de vândalos e pessoas de má fé que vão à praça para brigar e fazer algazarras. Falou que os jovens devem ser atraídos para que permaneçam na cidade, evitando que saiam do Município, gastem o dinheiro fora e até corram riscos nas estradas. Expressou que é a favor de mais patrulhamento policial, pois nos dias em que a polícia está na praça não ocorrem algazarras, e sugeriu a instalação de um módulo policial no antigo ponto de táxi. Disse que hoje o seu voto é contra o projeto e a favor das pessoas de bem e do comércio na praça. O Vereador Rogério Czelusniak disse que também votará contra o projeto. Que o senhor Puja sugeriu que os empresários contratem seguranças, o que não sabe se é viável, mas é uma ideia. Que essa é a primeira votação e os comerciantes podem trazer soluções novas que poderão ser acatadas. Falou que votará a favor dos empresários. O Vereador Vaguinho parabenizou os comerciantes pela presença na Câmara. Disse que não assinou o projeto. Parabenizou a senhora Ana Paula por ter pedido à Polícia Militar uma ação mais ostensiva na praça, o que certamente ajudou. Falou que no plano de governo do Prefeito está prevista a criação da guarda municipal e isso deve ser feito o mais breve possível. Que o seu voto é contrário ao projeto e a favor do comércio, pois não acha que é a bebida a causadora das desavenças na praça. Disse que o projeto irá prejudicar os comerciantes e as pessoas de bem e a Prefeitura deveria liberar a colocação de mesas nas calçadas para utilização do espaço disponível. Que sua mãe falava que filho que não obedecer a pai e mãe tem que obedecer a polícia, e com a instalação da Polícia Militar no antigo Fórum talvez não seja necessária a criação do módulo no antigo ponto de táxi. Falou que deveriam ser construídos banheiros públicos na praça e disponibilizado pessoal para cuidar da limpeza. Ressaltou que é contrário ao projeto. O Vereador Gilberto Rogalski disse que é contra o projeto, porque as vezes meia dúzia de pessoas acabam estragando a festa de todos. Ressaltou que todos tem o direito de ir vir. Em votação, foi rejeitado pela maioria. Em 1ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5764, 5765, 5766, 5767, 5768, 5769, 5770 e 5774/2021. Finalizada a ordem do dia o senhor Presidente encaminhou à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação os projetos de lei 5775 ao 5784/2021; à Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os projetos de lei 5778 ao 5782 e 5784/2021; à Comissão de Educação, Cultura, Bem-estar Social e Meio Ambiente os projetos de lei 5783 e 5784/2021 e à Comissão de Urbanismo e Obras Públicas os projetos de lei 5775 e 5776/2021 para análise e emissão de pareceres. Informou que está disponível na bancada dos senhores Vereadores a prestação de contas da Câmara Municipal referente a setembro de 2021 e que qualquer dúvida poderá ser solucionada com a contabilidade ou secretaria. Não houve Vereador inscrito para explicação pessoal. O senhor Presidente disse que gostaria de pontuar a posição do Vereador Marcel sobre o pregão eletrônico. Que essas necessidades são corriqueiras na Administração Municipal e as mercadorias e produtos servirão para um ano de uso em todas as Secretarias. Que tem em mãos uma ata de registro de preços de licitação realizada no ano de 2020, na Administração passada, com objeto semelhante, mas com a diferença de que o valor é de R\$ 421.422,45 e não R\$ 303 mil. Realizou a leitura dos itens do certame, com diversos tipos de alimentos doces e salgados em várias quantidades. Falou que também haviam problemas na Administração passada com estradas e com a saúde, inclusive com a Santa Casa. Relatou que dentro da temática fiscalização e prioridades na Administração Pública, tem informações de que de 2016 a 2019 a Prefeitura empenhou e pagou



R\$ 1.568.600,00 em *shows* para a Expo Palmeira. Destacou que apenas o *show* de Gustavo Lima e banda, em 2019, custou R\$ 350 mil. Questionou se não haviam outras necessidades como a saúde e se as ambulâncias que tiveram problemas no começo do ano não poderiam ter sido trocadas, pois o valor desse único *show* pagaria quase duas. Expressou que há um problema crônico e sério e que fazer essas comparações é interessante, porque se vê como eram as coisas. Disse que seu avô falava “nunca coma a sobremesa antes do almoço”, expressando que só se gaste com coisas secundárias e desnecessárias se houver dinheiro sobrando, o que acredita não ser o caso de nenhuma Administração Pública Municipal. Relatou que em 2019, para o espetáculo de comemoração dos 200 anos de Palmeira, foram gastos R\$ 219.600,00, pagos para Erudito Batuta LTDA, de Curitiba. Questionou se nas farmácias dos postos de saúde não havia escassez de medicamentos, se não estavam faltando médicos e se as ambulâncias estavam funcionando direito para que esse gasto fosse realizado. Disse que é preciso questionar tudo e todos, não apenas um ponto específico. Que acha um absurdo a contratação de um *show* por R\$ 350 mil com duração de 60 a 90 minutos. Questionou se isso foi explicado para o cidadão que paga os seus impostos e vai no posto e não encontra médicos ou remédios e se foi contado que as apresentações custaram essa fortuna. Falou que é preciso “pôr os devidos pingos no is” e ver onde realmente estão as falhas. Que o que foi levantado pelo Vereador Marcel é válido, mas a compra realizada através do pregão é corriqueira e foi feita para todas as Secretarias e, assim mesmo, com um valor cerca de 40% menor que o de 2020, na Administração passada. Nada mais havendo a ser tratado, o senhor Presidente lembrou que às 20 (vinte) horas, nesta mesma data, será realizada sessão de julgamento para apreciar, em 1ª discussão e votação, o projeto de decreto legislativo 715/2021. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo povo declarou encerrada a sessão, da qual para tudo constar foi redigida a presente ata, que vai assinada pelos senhores Presidente e 1º Secretário.